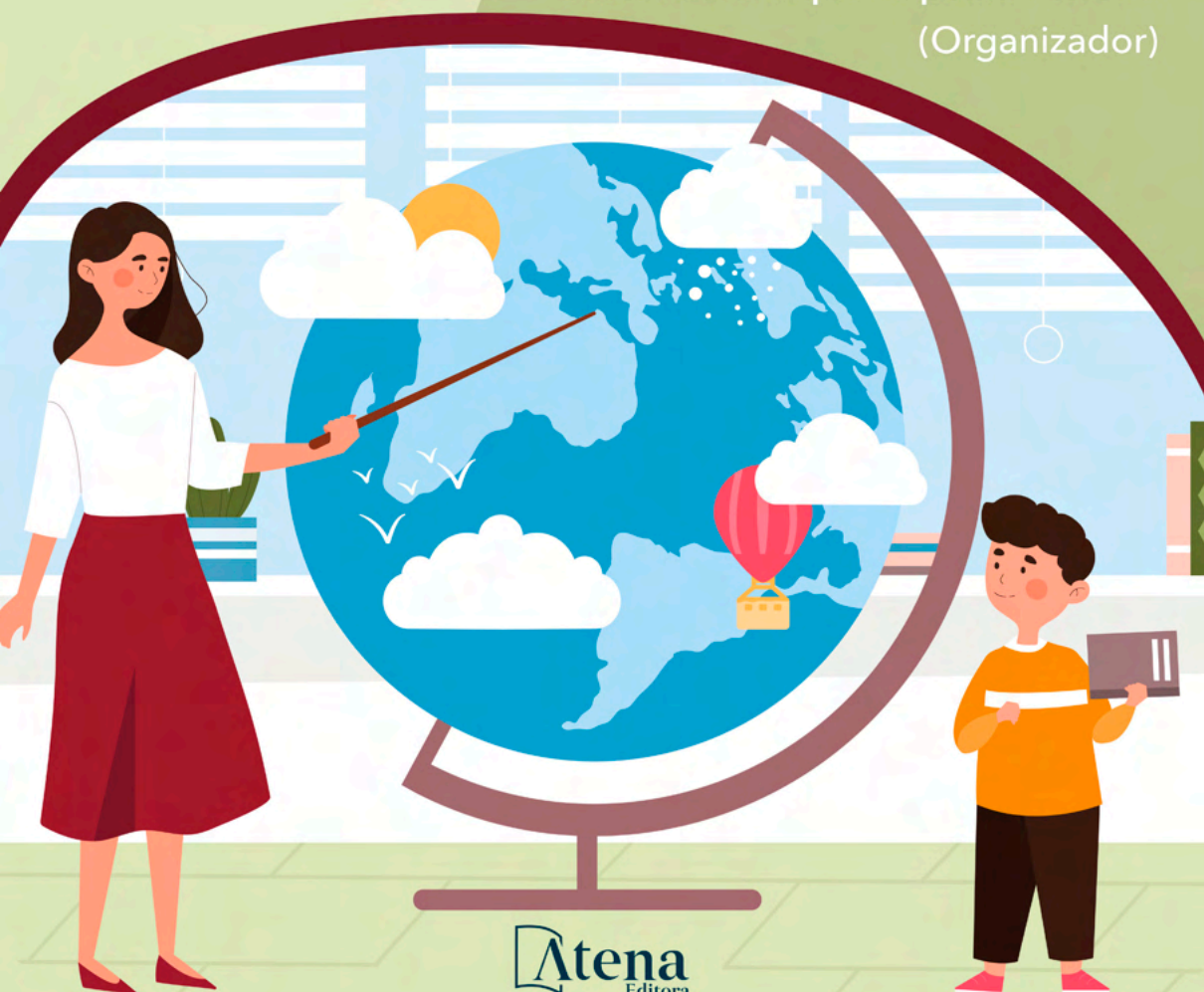


GEOGRAFIA E ENSINO:

Dimensões teóricas e práticas 2

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)



GEOGRAFIA E ENSINO:

Dimensões teóricas e práticas 2

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas 2 /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0278-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.787220106>

1. Geografia – Estudo e ensino. I. Ferreira, Gustavo
Henrique Cepolini (Organizador). II. Título.

CDD 910.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “**Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas - 2**” cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de dezenove capítulos de professores/as e pesquisadores/as oriundos/as de diferentes instituições brasileiras.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento da Educação Básica no país em consonância com a formação inicial e continuada de professores. Por isso, reitera-se a oportunidade em debater a Geografia e suas múltiplas dimensões teóricas e práticas.

No decorrer dos capítulos as autoras e os autores apresentam leituras inerentes ao Ensino de Geografia, Metodologias e Currículo de Geografia, Educação Ambiental, Metodologias ativas e inclusão, Geotecnologias e ensino, Desenvolvimento econômico e social, Geografia da Saúde, Comércio ilegal na fronteira, Enchentes em áreas urbanas, Urbanização do Cerrado, Geoturismo e Mineração e seus impactos. Tais temas são essenciais para construção para uma Geografia que fomente à cidadania e transformação social e territorial.

Assim, esperamos que as análises e contribuições ora publicadas na Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da ciência geográfica para derrubar barreiras e muros e construir pontes com o zelo e compromisso social com um presente-futuro para todas, todos e todes aqui e acolá.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

DELGADO DE CARVALHO E THEREZINHA DE CASTRO: DA NECESSIDADE DA GEOPOLÍTICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA (VERSÃO AMPLIADA)

André Luiz de Carvalho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201061>

CAPÍTULO 2..... 17

O ESPAÇO VIVIDO E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS A PARTIR DAS HABILIDADES PRESENTES NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR- BNCC DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

Fábio Ferreira de Lima


Maria Ediney Ferreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201062>

CAPÍTULO 3..... 33

A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO

Cynthia Ellen Bonifácio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201063>

CAPÍTULO 4..... 39

O USO DAS METODOLOGIAS ATIVAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES SURDOS NO ENSINO DE LIBRAS


Tales Douglas Moreira Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201064>

CAPÍTULO 5..... 52

BREVES REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO

Cynthia Ellen Bonifácio


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201065>

CAPÍTULO 6..... 59

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM GEOTECNOLOGIAS APLICADAS NO ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO DO AMAZONAS

Marilene Alves da Silva

Letícia Alves da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201066>

CAPÍTULO 7..... 69

DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO

Fernando Ribeiro Camaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201067>


CAPÍTULO 8..... 87

A INFLUÊNCIA DA GRIPE ESPANHOLA E COVID-19 NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO RECIFENSE

Marina Loureiro Medeiros

Jessé Santos de Souza Junior

Maria Vitória Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201068>


CAPÍTULO 9..... 96

FATORES GEOGRÁFICOS INTERVENIENTES NA OCORRÊNCIA DA GASTROENTERITE NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, PR

Alessandro Gonçalves

Felipe Oliveira Zahaidak

Carlos Alexandre de Paula Almeida


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201069>

CAPÍTULO 10..... 109

O COMÉRCIO ILEGAL DE CIGARROS NO SEGMENTO DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI SITUADO ENTRE OS DEPARTAMENTOS DE ALTO PARANÁ E CANINDEYÚ COM O OESTE DO PARANÁ: UMA ATIVIDADE ORGANIZADA EM REDES?

Alan D. Schons

Maristela Ferrari

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010610>

CAPÍTULO 11..... 126

O TRANSBORDAR DO CÓRREGO SEGREDO EM CAMPO GRANDE – MS: A PERCEPÇÃO DO PROBLEMA QUANDO SUAS ÁGUAS SE UNEM À CHUVA E CAUSAM ENCHENTES

Rejane Alves Félix


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010611>

CAPÍTULO 12..... 145

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA (PR): UMA ANÁLISE DOS POTENCIAIS GEOTURÍSTICOS

Euzemar Florentino Junior

Gilnei Machado


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010612>

CAPÍTULO 13..... 154

REBATIMENTOS SOCIOESPACIAIS DA URBANIZAÇÃO DOS CERRADOS: BARREIRAS E LUÍS EDUARDO MAGALHÃES EM FOCO

Elton Andrade dos Santos


Agripino Souza Coelho Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010613>

CAPÍTULO 14..... 167

A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA FARINHA DE MANDIOCA NO MUNICÍPIO DE IRARÁ/BA UMA FERRAMENTA CAMPONESA - ANÁLISE E REFLEXÃO

Andreia silva de Alcantara

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010614>

CAPÍTULO 15..... 178


ESTIMATIVA DO USO DE NPK NA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS AGUAPEÍ E PEIXE- OESTE PAULISTA

Renata Pereira Prates

Bianca Carreira

Edmiler José Silva Degrande

Paulo Cesar Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010615>


CAPÍTULO 16..... 190

UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS PARA PREVISÃO DE DESLIZAMENTOS DE TERRA

Caio Saito Leopoldo e Silva

Oswaldo R. T. Hu

Sergio V. D. Pamboukian

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010616>

CAPÍTULO 17..... 200

CULTURA E RURALIDADE ARAGUAIA-TOCANTINA – ELEMENTOS PARA SE PENSAR A POSSE DA TERRA

Angel Marques Amador

Ronildo Guilherme Sales


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010617>

CAPÍTULO 18..... 214

MEGAMINERAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GEOGRÁFICAS A PARTIR DO SEMIÁRIDO MINEIRO

Bruna França Oliveira

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010618>


CAPÍTULO 19..... 234

GÉNESIS Y EVOLUCIÓN TECTÓNICA DE LA CUENCA DE SALINAS GRANDES (PUNA SEPTENTRIONAL, ARGENTINA): INFERENCIAS A PARTIR DE LA ARQUITECTURA SÍSMICA, GEOLOGÍA Y GEOMORFOLOGÍA

María del Carmen Visich

David Afranllie

Josefina Ramírez Visich

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010619>

SOBRE O ORGANIZADOR	248
ÍNDICE REMISSIVO.....	249

O COMÉRCIO ILEGAL DE CIGARROS NO SEGMENTO DA FRONTEIRA BRASIL- PARAGUAI SITUADO ENTRE OS DEPARTAMENTOS DE ALTO PARANÁ E CANINDEYÚ COM O OESTE DO PARANÁ: UMA ATIVIDADE ORGANIZADA EM REDES?

Data de aceite: 02/05/2022

Alan D. Schons

Mestre em Geografia, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus Marechal Cândido Rondon

Maristela Ferrari

Doutora em Geografia. Professora de Graduação e Pós Graduação em Geografia a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus Marechal Cândido Rondon

Este capítulo integra trabalho mais amplo, que é a Dissertação de Mestrado realizada junto ao e Pós Graduação em Geografia, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus Marechal Cândido Rondon.

RESUMO: Desde a década de 1990, quando indústrias de produção e centros de distribuição começaram a instalar-se na fronteira, o cigarro paraguaio tornou-se uma das mercadorias que mais tem ingressado ilegalmente no Brasil, notadamente pela região Oeste do Paraná. Esse problema vem gerando efeitos econômicos e sociais tanto na região quanto no país. O presente trabalho objetiva, portanto, analisar que fatores contribuíram e contribuem com o próspero contrabando de cigarros e como esta atividade transfronteiriça está estruturada. A metodologia, com abordagem qualitativa, é composta de levantamento teórico-bibliográfico e pesquisa de campo na fronteira Brasil-Paraguai. Como

resultado, identificou-se que o contrabando de cigarros está relacionado, dentre outras, às seguintes variáveis: alta tributação brasileira sobre o tabaco; ser o contrabando uma rede capilarizada e mobilizadora de vínculos sociais, conectando cidades e com fluxos de circulação transfronteiriços; o comércio ilegal de cigarros promover conexões, multicapilaridade, expertise, lucratividade e lealdade, formando uma teia de ação coercitiva. Neste trabalho, não fazemos juízo de valor sobre ações da organização; pretendemos, apenas, trazer à luz elementos que comprovam a composição destas redes ilegais, apontando possível envolvimento de atores de diversos níveis sociais e políticos do alto escalão dos governos brasileiro e paraguaio.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira Brasil-Paraguai. Redes ilegais. Cigarro. Departamentos Alto Paraná e Canindeyú. Oeste do Paraná.

ABSTRACT: Since the 1990s, when production industries and distribution centers began to be established on the border, Paraguayan cigarettes have become one of the goods that have most illegally entered Brazil, especially in the western region of Paraná. This problem has been causing economic and social effects both in the region and in the country. This paper aims to analyze which factors have contributed to the successful cigarette smuggling and how this cross-border activity is structured. The methodology adopted presents a qualitative approach and comprises a theoretical-bibliographic survey and field research on the Brazil-Paraguay border. As a result, we identified that cigarette smuggling is related, among other aspects, to the following variables:

high Brazilian taxation on tobacco; smuggling as capillary and mobilizing network of social bonds, connecting cities and cross-border circulation flows; the fact that the illegal cigarette trade promotes connections, multi-capillarity, expertise, profitability and loyalty, forming a web of coercive action. We hereby do not make value judgments about the organization's actions; we only intend to disclose elements that prove the composition of these illegal networks, pointing out the possible involvement of actors from several social and political ranks at the highest levels of the Brazilian and Paraguayan governments.

KEYWORDS: Brazil-Paraguay Border. Illegal networks. Cigarette. Alto Paraná and Canindeyú departments. West of Paraná.

INTRODUÇÃO

No segmento da fronteira Brasil-Paraguai, situado entre os Departamentos Alto Paraná (PY), Canindeyú (PY) e Oeste do estado do Paraná (BR) (*cf.* Figura 1), um dos fenômenos que mais chama a atenção nos últimos tempos tem sido o crescente comércio ilegal de cigarros. Desde a década de 1990, quando indústrias de produção de cigarros e centros de distribuição desse produto começaram a ser instalados nos Departamentos Alto Paraná e Canindeyú, o cigarro tornou-se uma das mercadorias que mais tem ingressado ilegalmente no Brasil, notadamente pela região Oeste do Paraná. Tal problema gera efeitos econômicos e sociais tanto na região quanto no país.



Figura 1 – Localização: segmento da fronteira Brasil-Paraguai: Departamentos de Alto Paraná, Canindeyú e Oeste do estado do Paraná, 2020.

Fonte: Autores, 2020

Dentre produtos e mercadorias comumente adquiridos no Paraguai, e que entram ilegalmente no país pelo Oeste do Paraná, o cigarro tem assumido papel de destaque a ponto de, no senso comum, a região fronteiriça ser nomeada como “fronteira do cigarro”. Embora seja difícil indicar dados quantitativos, por se tratar de atividade ilegal, organismos de segurança nacional, atuantes na região de fronteira, estimam que o Brasil deixe de arrecadar aproximadamente 130 bilhões de reais por ano devido ao ingresso ilegal de cigarro paraguaio no país.

O propósito deste capítulo é analisar que fatores contribuíram e continuam a contribuir para que o contrabando de cigarros permaneça prosperando ao longo das

últimas décadas, e como se organiza tal atividade transfronteiriça. Para consecução do objetivo proposto, a metodologia consistiu em levantamento teórico-bibliográfico e pesquisa de campo na fronteira Brasil-Paraguai junto a organismos de segurança e controle da fronteira, além de moradores fronteiriços. O trabalho foi dividido em duas partes: a primeira apresenta elementos que permitem refletir sobre a organização reticular do contrabando de cigarro. Nesse sentido, rede é, portanto, conceito e instrumento de análise central para a compreensão do comércio ilícito de cigarros.

Ao mobilizar o conceito de rede, numa problemática de fronteira, é também aceitar a sugestão de Machado (1998, p. 45), para quem “a palavra rede é empregada hoje em numerosos campos de investigação”. A autora acrescenta que “as redes ajudam a compreender a relação entre território e a ação à distância [...] esclarecem igualmente o próprio conceito de território” (MACHADO, 1998, p. 45). Portanto, neste trabalho parte-se da ideia de que “rede” serve tanto como instrumento teórico de pesquisa quanto como método analítico para explicar atividades econômicas ilegais transfronteiriças, (RAFFESTIN, 1993; MACHADO, 1998; MUSSO, 2001; DIAS, 2005; HAESBAERT, 2014). A segunda parte do trabalho traz um exemplo de rede do contrabando de cigarros atuante no segmento da fronteira Brasil-Paraguai localizado entre os Departamentos de Alto Paraná (PY) e Canindeyú (PY) e região Oeste do estado do Paraná (BR) e sua organização na escala local. Finaliza-se o artigo com a argumentação de que o ingresso ilegal de cigarros no país, além de ferir leis territoriais, pune sociedades, gera problemas de saúde pública e promove aumento da violência, tanto em cidades fronteiriças, quanto em outras escalas territoriais.

O CONTRABANDO DE CIGARRO: UMA ORGANIZAÇÃO EM REDE TRANSFRONTEIRIÇA?

Desde a década de 1990, o contínuo aumento do contrabando de cigarros na fronteira Brasil-Paraguai pode ser explicado, em parte, pela presença de indústrias de produção de cigarros, notadamente no Departamento Alto Paraná, onde foram se instalando, ao longo das quatro últimas décadas, várias indústrias de beneficiamento de tabaco, dentre as quais a *Tabacalera Hernandarias*, a *Tabacalera del Este S. A.* e a *Tabacalera Palermo S. A.*, dentre outras. Para se ter uma ideia, em 1993 havia apenas três *tabacaleras* no Paraguai; já no ano de 1998, o número aumentou para 17. Nos anos seguintes o crescimento foi contínuo, chegando em 2004 com 33 *tabacaleras*.

Assim, de 1993 para 2004 a instalação de *tabacaleras* cresceu, em média, 1.100%, em sua maioria, instaladas na região de fronteira. Juntas as *tabacaleras* produzem aproximadamente sete bilhões de maços de cigarros por ano. Desse total, estima-se que 5% da produção seja direcionada para o mercado interno, outros 5% sejam exportados legalmente para outros países, parecendo o restante (6.300.000.000) desaparecer sem deixar vestígios. Podemos argumentar, com certa cautela, que o restante da produção de

cigarros pode estar sendo contrabandeado para os países da América do Sul, notadamente o Brasil. Na região fronteira, além das indústrias de cigarro, instalaram-se centros de distribuição do produto, sobretudo nas proximidades do limite internacional com o Brasil (SILVERO, 2004).

Pode-se pensar que a formação do reservatório de águas da usina hidrelétrica Itaipu binacional, na década de 1980, tenha contribuído, em parte, para a instalação de *tabacaleras* paraguaias e centros de distribuição do cigarro na região fronteira do Paraguai com o Brasil. A formação do reservatório de águas da Itaipu binacional transformou o rio Paraná, até então encachoeirado, num lago navegável, tornando a fronteira mais permeável entre os Departamentos Alto Paraná, Canindeyú e região Oeste do Paraná. Essa condição tem, atualmente, facilitado o trânsito de embarcações com produtos e mercadorias ilegais de um país para o outro – em inúmeros pontos da extensão do lago de Itaipu – favorecendo o sucesso do contrabando de cigarros e a organização de outras redes ilegais transfronteiriças.

Assim, no controle dos territórios, quando a fiscalização tenta reprimir o contrabando em dado ponto do lago de Itaipu, os atores envolvidos em atividades ilegais rapidamente mudam de lugar sem que a atividade cesse. Controle e fiscalização dos territórios nacionais são quase impossíveis na fronteira Brasil-Paraguai (MACHADO, 2011) devido à articulação de atores envolvidos em redes ilegais. Embora os organismos de segurança nacionais dos dois países venham tentando coibir cada vez mais as atividades econômicas ilegais (SILVERO, 2004), a porosidade da fronteira dificulta a repressão efetiva do contrabando. Por exemplo, segundo informações da Receita Federal, de 2010 a 2016, organismos de controle da fronteira brasileira realizaram apreensões de 1.186.048.000 (um bi) maços de cigarros paraguaios. No ano de 2017, a quantidade de maços de cigarros apreendida foi superior a 221 milhões, um aumento de 11,16% em relação ao ano de 2016, quando foram apreendidos 199,67 milhões de maços.

Mesmo que tenham sido realizadas grandes apreensões, estima-se que, somente no ano de 2017, o contrabando de cigarros tenha causado perdas de aproximadamente 12,3 bilhões de reais para o setor brasileiro. É importante lembrar que as apreensões realizadas não apresentam a quantidade real de cigarros paraguaios que tem entrado ilegalmente no Brasil. Por ser atividade ilegal, torna-se muito difícil quantificar ou até mesmo fazer estimativas. A Figura 2 é uma amostra da porosidade da fronteira e dos inúmeros pontos ou “portos clandestinos” por onde os fluxos reticulares de produtos e mercadorias saem de um país e ingressam ilegalmente no outro. Contudo, o grande fator que explica o ingresso ilegal de cigarros paraguaios no país é, sem dúvida, o diferencial de preços praticados entre os dois países.

Na lógica econômica, são os impostos que explicam a continuidade e o gradativo aumento do contrabando. Enquanto que no Paraguai a tributação é de aproximadamente 16% sobre o tabaco, no Brasil, por exemplo, a tributação chega a 80%, uma diferença que se reflete no valor final do produto consumido. Diante disso, o cigarro paraguaio tem

ingressado ilegalmente no país e tem sido vendido de forma livre pelos ambulantes e comerciantes – em geral, em todo o Brasil – e, comumente, tem sido comercializado hoje por menos de 1/4 do preço do cigarro tributado, sendo responsável por, aproximadamente, 60% do consumo dos brasileiros nas classes C, D e E. Ao longo das últimas quatro décadas, os consumidores finais no Brasil, sensíveis ao preço, foram gerando demanda maior do cigarro paraguaio.

Diante da crescente demanda, o contrabando de cigarro aumentou significativamente, tornando-se uma atividade que revela, hoje, componentes de organização em rede transfronteiriça. Portanto, ponderar sobre o contrabando de cigarros do Paraguai para o Brasil significa, ao mesmo tempo, compreender como se organiza tal atividade. O contrabando de cigarros, para obter sucesso, requer organização entre atores, desde a sua aquisição no Paraguai e travessia do produto de um país ao outro, até o próprio transporte para regiões e cidades do distribuidor e consumidor final. Assim, com raras exceções, o contrabando se faz, mormente, por meio de redes transfronteiriças, uma atividade que mobiliza diversos atores, os quais não são apenas habitantes fronteiriços dedicados ao trabalho de atravessar o produto na fronteira, mas que envolve, também, transportadores (motoristas de cargas) e compradores (distribuidores do produto ao consumidor final), atores fora da escala da fronteira. Como se percebe, o contrabando de cigarros na fronteira Brasil-Paraguai gera mobilidade de pessoas, fluxos de circulação do produto e comunicação na escala transfronteiriça. Circulação e comunicação são elementos que estão sempre presentes nas redes (RAFFESTIN, 1993; MACHADO, 1998; SANTOS, 1999).

Toda rede pressupõe também vínculos, conecta pessoas e lugares (DIAS, 2005). Logo, se uma das propriedades da rede é a conectividade de pessoas e lugares, o contrabando de cigarros estabelece ligações entre brasileiros (compradores) de distintos lugares do país e paraguaios vendedores do produto nos Departamentos Alto Paraná e Canindeyú, (cf. Figura 2) o que nos remete à ideia de Santos (2017a) segundo a qual a rede é, antes de tudo, social, pois ela é pensada, desenhada e modificada por pessoas e suas conexões. Tal pensamento pode ser associado ao comércio de cigarro que, a princípio, é uma transação comercial legal (compra e venda) que só se torna ilegal quando ingressa no Brasil sem pagamento de impostos, daí o sentido de contrabando. (WERNER, 2009).

Portanto, o contrabando de cigarros necessita de pessoas que pensem em estratégias para circulação dos fluxos, operadores de esquemas que planejem a travessia do produto de um país ao outro e que pensem no envio do produto para fora da escala fronteiriça onde, normalmente, se encontram o distribuidor do cigarro ao consumidor final. Deste modo, pode-se afirmar que, para obter sucesso, o contrabando de cigarro na fronteira brasileiro-paraguaia dispõe de/ conta com uma organização reticular que envolve atores em distintas escalas, podendo cada nível escalar revelar uma lógica de organização diferente, devido às próprias estratégias dos atores envolvidos.

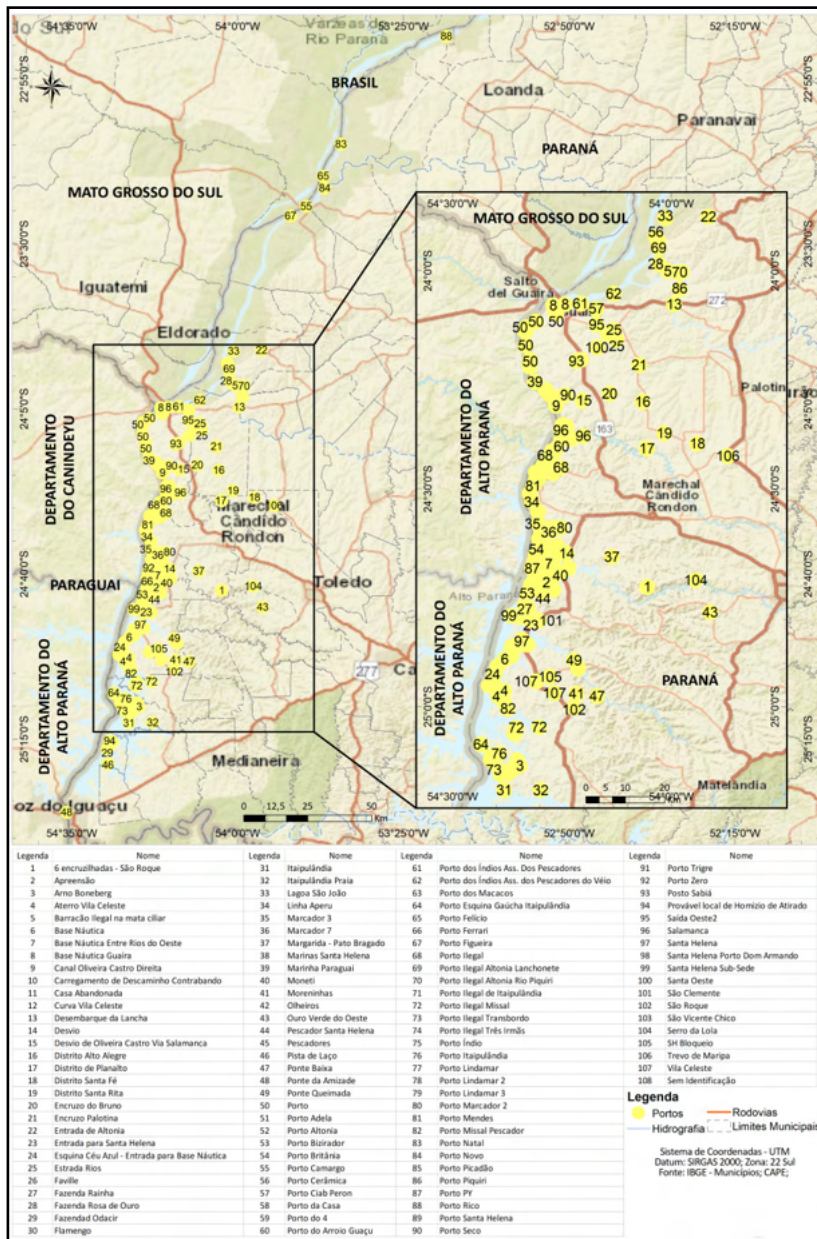


Figura 2 – Localização: Extremo-Oeste do Paraná e Extremo-Leste dos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú: Pontos de passagem ilegais entre Brasil e Paraguai, 2020.

Fonte: Autores, 2020.

Na escala fronteiriça, os habitantes são atores importantes para o contrabando de cigarros, pois conhecem os caminhos e descaminhos para driblar a fiscalização territorial e ajudam no carregamento e descarregamento do cigarro. O sucesso do contrabando

também se faz por meio das redes de telefonia móvel, redes de *WhatsApp* e *internet*, meios que facilitam muito a comunicação entre os atores para a organização de esquemas na travessia da fronteira e internalização do produto no lado brasileiro.

Segundo pesquisa de campo, o contrabando de cigarros mobiliza redes sociais (atores brasileiros e paraguaios), redes de infraestrutura técnica (pontes, hidrovias, rodovias, etc.) e redes geográficas (que conectam diferentes escalas espaciais/lugares), compondo o *modus operandi* de atores nacionais e internacionais na prática de atividades ilegais. Como se pode ver as redes ilegais transfronteiriças possuem ampla articulação e múltipla capilaridade, como será evidenciado no próximo item.

UM EXEMPLO DA REDE DO CONTRABANDO DE CIGARROS NO DISTRITO DE ARROIO-GUAÇU, (MERCEDES, PARANÁ - BRASIL) LIMÍTROFE A SALTO DEL GUAIRÁ (CANIDEYÚ – PARAGUAI)

Diante das inúmeras redes ilegais transfronteiriças, estabelecidas por atores sociais na fronteira entre Brasil e Paraguai, optamos por explicitar apenas um exemplo da rede do contrabando de cigarros: a rede estruturada pelo Distrito de Arroio Guaçu, município de Mercedes¹, limítrofe a Salto Del Guairá, (Canindeyú - Paraguai), (cf. Figura 3). Segundo a pesquisa de campo, pode-se dizer que essa rede foi sendo estruturada por atores brasileiros e paraguaios, a partir de meados do ano de 1997. Inicialmente, era uma rede simples que ligava uma família de brasileiros residentes no Distrito de Arroio Guaçu, a qual passou a adquirir cigarros de tabacaleras paraguaias para atender a demanda de consumidores da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, onde tinha laços de parentesco e amizades.

¹ Município do Extremo-Oeste paranaense situado às margens do lago de Itaipu. Faz limite internacional com o Departamento de Canindeyú (Paraguai) e limite municipal com as cidades paranaenses de Marechal Cândido Rondon, Guaira, Terra Roxa e Nova Santa Rosa. Possui população estimada em menos de seis mil habitantes e está a cerca de 600 quilômetros da capital do estado.

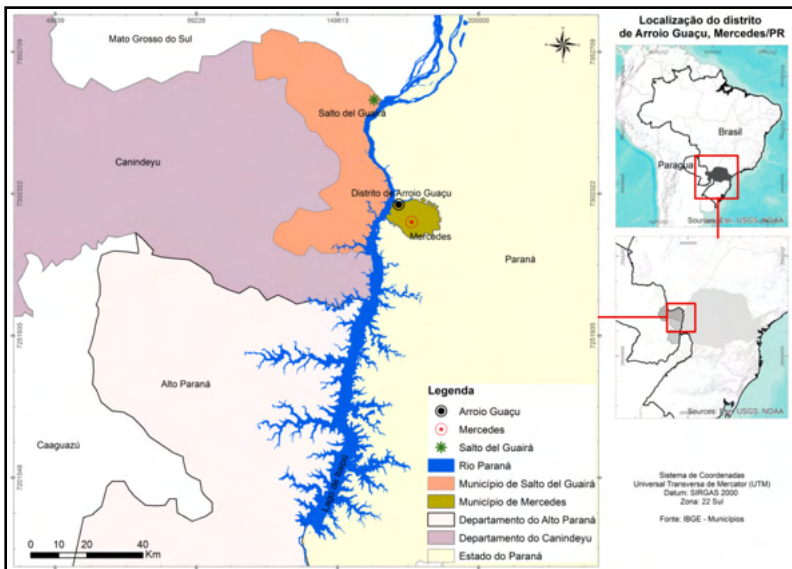


Figura 3 –Distrito de Arroio Guaçu entre Mercedes (Paraná) e Salto Del Guairá (Canindeyú), 2020

Fonte: Autores, 2020

Pela proximidade geográfica com tabacaleras paraguaias, os atores do Distrito de Arroio Guaçu (Mercedes) passaram a atender a demanda do produto de parentes, amigos e conhecidos do noroeste do Rio Grande do Sul. Tais elos favoreceram a estruturação da rede do contrabando de cigarros paraguaios. É importante lembrar que havia, naquele período, grande facilidade de internação do produto em território nacional, devido à fraca fiscalização. Além disso, a entrada de cigarros paraguaios no Brasil era vista com certa normalidade, praticamente não havia repressão por parte do Estado brasileiro, o que também favoreceu a formação da rede transfronteiriça do contrabando de cigarros.

Conforme foi aumentando a demanda do cigarro paraguaio no noroeste do Rio Grande do Sul, fortaleciam-se também os vínculos e elos de confiança entre ator/comprador (brasileiro) e atores/empresários paraguaios interessados em vender o produto. Tal atividade gerava fluxos de circulação transfronteiriça de pessoas e mercadorias e conectava lugares - Distrito de Arroio Guaçu a Salto Del Guairá; e Distrito de Arroio Guaçu ao noroeste do Rio Grande do Sul. Trata-se, portanto, de uma rede que passou a emitir fluxos² de circulação não apenas transfronteiriços³, como também para fora da escala da fronteira. Pode-se dizer que, inicialmente, era uma rede simples, sem grandes tramas e com poucos fluxos de mercadorias, mas ganharia expressividade já no começo do século XXI.

Com efeito, neste período, os consumidores brasileiros, sensíveis ao diferencial de

² Ver mais sobre Fluxos em Santos (1999).

³ Por redes transfronteiriças entenda-se, aqui, aquelas estabelecidas por atores fronteiriços, ou seja, que habitam regiões ou zonas de fronteira.

preços dos cigarros praticados entre os dois países, passaram a demandar mais cigarro paraguaio. Em decorrência disso, mais cargas do produto começaram a ser enviadas à região consumidora. Tal fato vai também se refletir na lucratividade dos atores envolvidos no contrabando do cigarro e, com o passar do tempo, novas linhas foram sendo estabelecidas, articulando novos lugares, designadamente cidades da região centro sul-do Paraná, com forte conexão com Guarapuava e região leste do Paraná, especialmente a cidade de Curitiba.

Inicialmente era uma rede transfronteiriça simples, com poucos atores e sem grandes tramas. No entanto, com o passar dos anos, a rede do contrabando de cigarros estabelecida via Distrito de Arroio Guaçu foi sendo ampliada e tornou-se melhor estruturada, com novos atores fronteiriços sendo integrados à rede. Além disso, com o alargamento das conexões, e, frente ao aumento da demanda do produto na escala nacional brasileira, os atores principais residentes no Distrito Arroio Guaçu passaram a adquirir, no Paraguai, terras limítrofes a uma propriedade rural brasileira de um dos principais atores do contrabando de cigarros, o que, de certa forma, indica o controle do território para atividades ilegais (SOUZA, 2017), por onde o produto saía do Paraguai e ingressava ilegalmente no Brasil. Posteriormente, da propriedade rural em lado brasileiro, as cargas de cigarros eram enviadas ao seu destino final.

Frente à crescente demanda do produto paraguaio em território brasileiro, o contrabando foi exigindo maior organização. Além da compra de terras em lado paraguaio, foram sendo incorporadas ao patrimônio do ator principal daquela rede ilegal embarcações para a travessia do produto, utilizadas para navegação internacional, ou seja, no lago da Itaipu binacional. Também foram sendo incorporados caminhões de carga para o transporte do produto em território nacional. O contrabando de cigarros tornou-se, assim, atividade que passou a requerer grande organização e planejamento desde a compra, travessia e logística de distribuição como se fosse uma empresa de distribuição legal. (MAGALHÃES, 2001b). Neste sentido, foram sendo incorporados à rede novos atores, trabalhadores com funções específicas.

Isso posto, a trama reticular desenvolvida ao longo do tempo foi integrando diversos atores, dentre os quais, agricultores brasileiros que fornecem o fumo ilegalmente às indústrias paraguaias, comerciantes paraguaios que proveem ilicitamente insumos aos agricultores brasileiros, indústrias que manufaturam e fornecem o produto às organizações (distribuidores), que, no corrente caso, é a do Arroio Guaçu – Mercedes-PR (Brasil), núcleo de distribuição. É relevante sinalizar que o centro logístico da organização do Arroio Guaçu está localizado em área rural, às margens do lago de Itaipu, em Salto del Guairá-Canindeyú (Paraguai) como revela a Figura 4 onde se constatam, em parte, a infraestrutura e os meios técnicos utilizados no armazenamento e transporte do cigarro do Paraguai para o Brasil.



Figura 4 – Localização: Salto Del Guairá e Distrito de Arroio Guaçu: esquema de internação e ocultação do cigarro paraguaio, 2020

Fonte: Autores, 2020

Nesse contexto, importa salientar que as organizações voltadas às atividades de contrabando na fronteira Brasil-Paraguai evoluíram muito e que, hoje, contam com serviços especializados de navegação, transporte e vigilância. Com essa profissionalização, a rede do contrabando tornou-se extremamente eficiente. Por exemplo, após o cigarro ser introduzido ilegalmente no Brasil, o produto é levado para fora da região de fronteira a diversas escalas regionais do país, como ocorre com o cigarro que entra no país ilegalmente pelo Distrito do Arroio Guaçu de onde as cargas são enviadas notadamente aos estados do Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, conforme se pode observar na Figura 5, abaixo.

Em relação ao arranjo espacial da rede do contrabando de cigarros demonstrado na Figura 5, abaixo, pode-se verificar que há diversos “nós” (pontos) (indústria, armazém, portos clandestinos, centros distributivos e varejo) conectados por “elos” (carreteras, autopistas e caminhos rurais no Paraguai, navegação internacional do lago de Itaipu, estradas rurais e rodovias no Brasil), que são articulados com a utilização de automóveis, caminhões, embarcações e ônibus, dentre outros meios utilizados, normalmente, pelos

atores responsáveis pela operação para darem fluidez à trama reticular no entorno do contrabando de cigarro (CORREIA, 2014). Ademais, verifica-se a existência de ampla gama e intrincada rede (social, técnica, política, de corrupção e lavagem de dinheiro) (MACHADO, 2011). No entanto, nem sempre essas redes são visíveis, ou seja, são de difícil identificação, e, portanto, difíceis de serem mensuradas. Além disso, por vezes, redes políticas e de corrupção estão intrinsecamente conectadas ou vinculadas. Pode-se pensar que, na escala local, a expertise, a facilidade operacional e de contratação de mão de obra⁴, a fragilidade da fiscalização, as redes sociais, as técnicas de corrupção, a lavagem de dinheiro e a discrepância tributária são alguns dos fatores que determinam o sucesso do contrabando de cigarro e, com ele, a lucratividade ilegal.

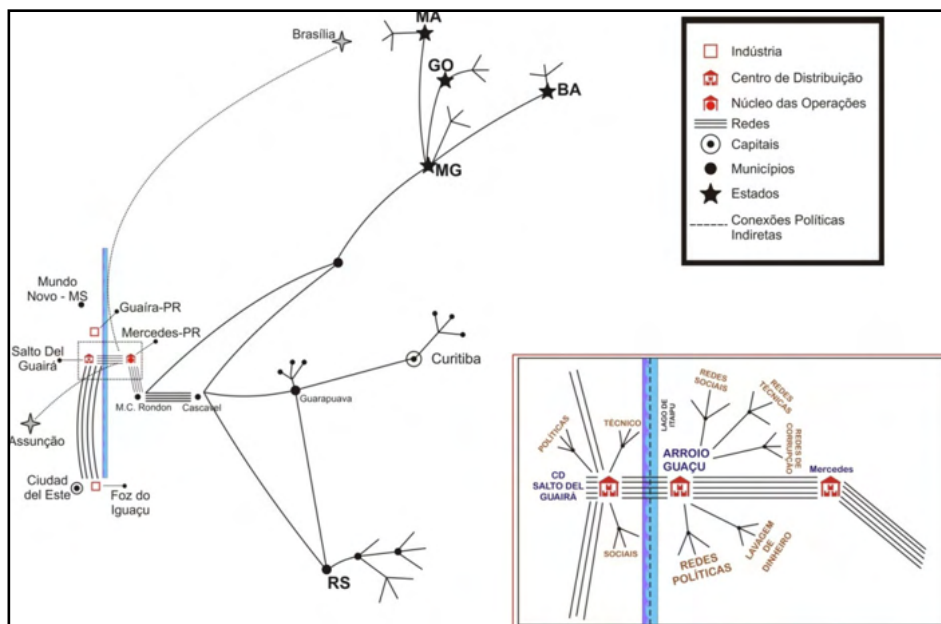


Figura 5 – Arranjo espacial da rede do contrabando de cigarros articulada entre Paraguai e Brasil pela organização criminosa do Arroio Guaçu – Mercedes, 2020.

Fonte: Autores, 2020

O conjunto de elementos indicados, aliado à oferta e à demanda, oportuniza a continuidade da rede ilegal. Outro fator determinante para o sucesso desse tipo de rede ilegal é a satisfação de uma demanda mercadológica, pois há quem produza o cigarro no

4 A facilidade de contratação de mão de obra para articular redes ilegais é melhor compreendida quando da explicação dos aglomerados de exclusão, desenvolvida por Haesbaert e Porto Gonçalves (2006, p. 147), em que os autores descrevem os aglomerados de exclusão como sendo “Espaços de insegurança e precariedade social, onde grupos sociais estão impossibilitados de construir territórios sobre os quais efetivamente detenham o domínio (político-econômico) e a apropriação (simbólico-cultural), dado o grau de exclusão (ou de inclusão precária) a que esses grupos sociais estão relegados”. Diante dessa exclusão social e das oportunidades promovidas pelo estabelecimento jurídico-administrativo-tributário responsável por segmentar os limites internacionais, as atividades ilegais tornam-se uma oportunidade de subsistência e, de certo modo, uma resistência ao poder centralizador.

Paraguai, há consumidores dispostos a adquirir esse tipo de produto no Brasil e há quem faça a distribuição, como ocorre a partir do Arroio Guaçu. Entretanto, importa esclarecer que existem inúmeras organizações, inclusive concorrentes à rede de contrabando aqui analisada. Por outro lado, por se tratarem de atividades ilegais reprimidas/pressionadas por organismos de segurança e fiscalização, tais organizações, por vezes, sofrem abalos. Exemplo disso é o que ocorreu em 2015, quando o ator principal da rede de contrabando de cigarros do Distrito de Arroio Guaçu foi preso⁵. Ainda assim, ao contrário do que se poderia imaginar, o contrabando de cigarros não cessou.

Segundo informações obtidas a partir da pesquisa de campo, um ano após a prisão do ator principal, ocorrida em 2016, a organização do Arroio Guaçu continuou atuante. Estima-se que tal organização tenha fechado seu balanço anual com um movimento total de 465 cargas de cigarros naquele ano, o que teria gerado um lucro estimado de 116.250.000,00 (cento e dezesseis milhões duzentos e cinquenta mil reais). Apesar de todos os esforços dos organismos de segurança e de maior rigor na fiscalização (FRANÇA, 2009), pode-se dizer que a continuidade de atividades ilegais, como o contrabando de cigarros, se explica pela grande lucratividade da atividade, o que proporciona, inclusive, influência (poder) e até dependência econômica em cidades fronteiriças. Muitos jovens, em idade escolar, são atores integrantes de redes de contrabando de cigarros. Além destes, desempregados e pais de famílias também integram a rede em busca de uma renda ou de complemento da renda familiar; são atores que executam trabalhos para organizações ilegais e que não concebem tal atividade como ilegal.

Diante do exposto, é possível ponderar que o contrabando de cigarros subsiste devido à grande diferença de preço do produto. Além disso, destina-se, sobretudo, às camadas mais pobres da sociedade por ser mais acessível (barato). A política de preço do produto praticada no Paraguai em relação ao Brasil justifica-se pela discrepância cambial e tributária. A discrepância tributária deve-se ao fato de que o Brasil é signatário de um acordo internacional que visa à diminuição do consumo de cigarros, sendo uma das medidas adotadas a sobretaxação do produto. Entretanto, esse método tem sido considerado ineficaz por se tratar de uma demanda inelástica, ou seja, ocorre uma inexpressiva variação na demanda caso seja alterado o preço do produto, uma vez que seu consumo está relacionado ao vício.

Não obstante, o custo de produção no Paraguai é muito inferior em relação ao preço praticado no Brasil devido à menor carga tributária, que influencia toda a cadeia produtiva, assim como energia elétrica mais barata, regras trabalhistas e securitárias dos trabalhadores mais brandas e maior jornada de trabalho, além de possuir um número substancial de indivíduos atuando no informalismo, ou seja, sem vínculo empregatício nem garantia de direitos sociais. Isso tudo faz com que o Paraguai tenha um dos menores custos de produção na América do Sul, fator extremamente relevante para as empresas

⁵ Informações obtidas durante a pesquisa de campo junto à Polícia Federal brasileira.

que desejam obter maiores lucros, como é o caso das *tabacaleras* (ALMEIDA, 2017).

Outro fator importante a ser dirimido refere-se à dinâmica operativa da trama reticular do contrabando de cigarros desenvolvida no Arroio Guaçu, que envolve diversas técnicas e inúmeros atores sociais dispostos em diferentes níveis estratégicos. Para a articulação da rede utilizam-se veículos em nome de “laranjas”, embarcações sem registro, empresas formais utilizadas para legalizar o dinheiro, meios de comunicação para suavizar ou distorcer informações e autoridades políticas para darem vazão aos interesses da organização em nível municipal, estadual, federal e internacional.

Os atores sociais constituem o conjunto de trabalhadores informais como é o caso dos “olheiros”, dispostos em diferentes locais, com diversos propósitos, dentre os quais monitorar a circulação de viaturas policiais. Tratam-se dos “batedores de caixa”, que realizam o transbordo das cargas, pilotos das “naves” (embarcações), motoristas dos veículos que realizam o transporte dos cigarros, os “batedores”, que vão adiante da carga verificando se há alguma equipe policial no caminho que a carga irá percorrer, e os “pagadores”, que são os indivíduos que realizam os “acertos” com algumas autoridades corruptas. Esse conjunto de fatores faz com que o contrabando de cigarros conte com uma ampla gama de defensores, pois acaba por aquecer a economia local com a drenagem de capital dos centros urbanos para a fronteira (periferia).

Na atualidade, os atores que participam da rede do contrabando de cigarros do Arroio Guaçu operam com um código de ética, segundo o qual não são aceitos os indivíduos “trabalhadores” que tenham cometido crimes e/ou que contraiam dívidas que não possam honrar. Além disso, não são utilizados veículos nem embarcações roubadas ou furtadas, o que é bastante comum em outras organizações que articulam redes ilegais transfronteiriças. Essa postura faz com que os elementos que constituem a rede sejam respeitados na escala local perante a sociedade, e é um fator que fomenta o interesse de novos atores a comporem a rede, substituindo até mesmo o trabalho formal.

Ademais, para a organização do Arroio Guaçu, o fato de evitar a incidência de crimes confere à fronteira um “ar de tranquilidade”, afastando eventuais ações policiais e até mesmo o patrulhamento regular contínuo, pois, devido à limitação de efetivos, equipes policiais geralmente são situadas em locais com maior incidência de ocorrências⁶. Acerca dos elementos mencionados, pôde-se verificar, ao longo do trabalho, a existência de inúmeras técnicas, metodologias e muitos métodos utilizados pelos contrabandistas do Arroio Guaçu, fatores que têm garantido a manutenção dessa atividade em rede ao longo do tempo.

⁶ Consideram-se locais com maior incidência de ocorrências aqueles lugares que possuem atendimento policial, registro ou reiteradas situações de ilicitude formalmente reconhecidas pelas autoridades policiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar os fatores que contribuíram/contribuem para que o contrabando de cigarros continue prosperando ao longo das últimas décadas, e como se organiza tal atividade transfronteiriça. A análise revelou que um dos fatores preponderantes para o ingresso ilegal do contrabando de cigarros no país é de ordem econômica e que, nesta lógica, são os impostos que explicam a continuidade e o aumento gradativo do contrabando na últimas décadas pela região de fronteira Brasil-Paraguai. Como demonstrado ao longo do trabalho, enquanto no Paraguai a tributação é de aproximadamente 16% sobre o tabaco, no Brasil, por exemplo, a tributação chega a 80%. Tal diferença se reflete no valor final do produto consumido, estimulando o contrabando de cigarros e sua continuidade no tempo.

Outra questão que o trabalho buscou responder diz respeito à organização de tal atividade na fronteira. Neste sentido, demonstramos que o contrabando de cigarros se realiza, mormente, por meio de organização reticular. Isso nos leva a considerar que rede é instrumento analítico e metodológico que auxilia na análise do contrabando de cigarros, revelando-se como conceito e método apropriados para entender atividades ilegais transfronteiriças. O contrabando de cigarros conecta pessoas, empresas e lugares; portanto, é uma atividade que desenha redes transfronteiriças e extraescalar. Deste modo, o contrabando de cigarros consegue formar um conjunto de relações que mobiliza vínculos sociais, faz conexões entre cidades e cria fluxos de circulação transfronteiriços, bem como nacionais e regionais. Destarte, reafirma-se aqui o que já explicitamos, ou seja, que “rede” serve tanto como instrumento teórico de pesquisa quanto como método analítico para explicar atividades econômicas ilegais transfronteiriças. (RAFFESTIN, 1993; MACHADO, 2000; HAESBAERT, 2014; DIAS, 2005).

Longe de esgotarmos o assunto, salientamos que, ao longo do trabalho, não buscamos denunciar ou criminalizar as ações da organização, tampouco intencionamos atenuá-las; todavia, nosso intuito foi trazer à luz alguns elementos que comprovam que as redes transfronteiriças, mesmo que ilegais, envolvem atores dispostos em diversos níveis sociais, inclusive envolvidos na política nos mais elevados escalões dos governos brasileiro e paraguaio. Há também empresas, bancos e indústrias que realizam o “branqueamento” do dinheiro. As conexões, a multicausalidade, a *expertise*, a lucratividade e a lealdade são alguns dos elementos que tornam a rede praticamente inatingível do ponto de vista da coerção. Ainda que sofra prejuízos, devido a operações de repressão, a rede se modifica, se adapta, faz e desfaz conexões, estabelecendo uma permanente tensão com o Estado. Por outro lado, as consequências no plano econômico nacional e no tecido social são inúmeras e geram gastos ao Estado nacional, além de grande perda de receita.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Letícia Nuñez. Subsistemas fronteiriços do Brasil: mercados ilegais e violência [livro eletrônico] / Letícia Nuñez Almeida, Agnes Félix, Inara Paschoalino, Jeniffer Silva, Rafael Masson Rocha, Nathan Bueno – Rio de Janeiro: Gramma, 2017

CORRÊA, R. L. Corporação e espaço: uma nota. In CORRÊA, R. L, **Trajatórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

DIAS, L. C. **Os sentidos da rede**: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L da. Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 11-28, 2005.

FRANÇA, R. F. **Controle de Fronteiras no Brasil**. 1ª Ed, Barueri, SP: Editora Novo Século, 2018.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 8. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ISTO E DINHEIRO. **PRF pega R\$ 9 milhões em cigarros paraguaios em quatro carretas no Paraná**. Publicado em 7 mar. 20, disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/prf-pega-r-9-milhoes-em-cigarros-paraguaios-em-quatro-carretas-no-parana/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MACHADO, L. O. Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. Rio de Janeiro: **Revista Território**, ano V, n.8, p.7-23, jan./jul., 2000.

MACHADO, L. O. Sistemas, Fronteiras e Território. In: **Atlas da Fronteira Continental do Brasil**. Coleção de Textos: UFRJ, 2002.

MACHADO, Lia Osório. **Espaços Transversos**: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. In: Fundação Alexandre de Gusmão/Ministério das Relações Exteriores. (Org.). Geopolítica das Drogas. Textos Acadêmicos. 1ed.Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, v. 1, p. 97-11, 2011b.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras e Redes. In: STROHAECKER, Tania Marques, et. ali. **Fronteiras e espaço Global**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998.

MAGALHÃES, M. **O narcotráfico**. São Paulo: Publifolha, 2000.

MUSSO, P. Genese et critique de la notion de reseau: In: PARROCHIA, D. (org.). **Penser les Reseaux**. Seyssel: Champ Vallon, 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia de Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVERO, R. R. *et. al.* **La economia del control del tabaco en Paraguay**. Publicado em maio de 2004. Pdf. Disponível em: https://www.who.int/fctc/reporting/Paraguay_annex5_economics_of_tobacco_control. Acesso em: 17 maio. 2021.

SOUZA, M. J. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, p.77-116, .2017, 2019.

WERNER, G. C. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas**: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. 2009. 227 fl. Orientadora: Elizabeth Balbachevsky. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação antrópica 36, 126, 130

Apropriação 24, 26, 27, 120, 178, 183, 186, 187, 188, 189, 205, 215, 218, 219, 220, 233

B

Baixada Fluminense 69

Barreiras 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 203

Biogeografia 28, 96

BNCC 4, 9, 13, 14, 15, 17, 18, 23, 24, 29, 30, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 54, 55, 56, 58

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 23, 24, 27, 28, 30, 31, 32, 42, 43, 44, 50, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 63, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 83, 86, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 128, 144, 146, 147, 148, 153, 156, 159, 166, 168, 169, 170, 176, 177, 189, 190, 199, 200, 206, 207, 208, 212, 213, 214, 215, 219, 222, 226, 229, 231, 232, 233, 248

C

Campesinato 167, 169, 170, 171, 174, 175, 210, 212, 213, 216

Canindeyú 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118

Categoria geográfica 33, 35

Cerrados 27, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 165, 166

Cigarro 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120

Covid-19 65, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95

Currículo 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

D

Departamentos Alto Paraná 109, 110, 113, 114

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 7, 8, 13, 14, 17, 18, 23, 26, 27, 29, 30, 34, 39, 40, 43, 44, 46, 47, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 66, 68, 69, 70, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 92, 98, 100, 103, 107, 125, 146, 147, 148, 153, 154, 158, 167, 168, 170, 171, 175, 177, 182, 185, 188, 189, 203, 204, 205, 206, 208, 211, 214, 215, 222, 224, 225, 229, 231, 232, 233

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 68, 71, 75, 79, 82, 84, 85, 98, 103, 152, 158, 191, 199, 212, 248

Educação ambiental 17, 18, 19, 21, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 68, 82, 152

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 191, 248

Ensino de geografia 1, 2, 17, 35, 68, 248

Ensino técnico 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67

Epidemiologia 96, 99, 107

F

Fertilizantes 160, 178, 179, 180, 187, 188, 189

Formação de professores 12, 13, 30, 39, 40, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 59, 61, 64, 67

Fronteira Brasil-Paraguai 109, 110, 111, 112, 113, 114, 119, 123

G

Geoconservação 145, 146, 147, 150, 153

Geopolítica 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 124

Geoprocessamento 68, 190

Geotecnologias 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 190, 191

Geoturismo 145, 146, 147, 148, 150, 153

Gripe espanhola 87, 88, 90, 91, 93, 95

I

Impactos 13, 15, 25, 27, 28, 49, 52, 53, 57, 85, 87, 88, 90, 106, 127, 143, 164, 165, 179, 182, 188, 192, 201, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 223, 225, 230, 231, 232

Indicação geográfica 167, 168, 171, 172, 174, 175, 176, 177

L

Libras 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50

Lugar 4, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 29, 33, 35, 36, 37, 38, 43, 56, 70, 71, 75, 76, 79, 80, 81, 98, 113, 127, 174, 203, 204, 205, 236, 239, 240, 244

Luís Eduardo Magalhães 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

M

Megamineração 214, 232

Meio ambiente 18, 21, 24, 26, 32, 37, 38, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 65, 67, 103, 107, 126, 131, 144, 179, 182, 188, 191, 199, 203, 215, 225, 229, 230, 232

Metodologias ativas 39, 40, 47, 48, 49, 50, 51

Município 35, 54, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107, 116, 126, 128, 129, 131, 133, 134, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150,

151, 152, 153, 160, 161, 162, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 203, 207, 212, 214, 220, 226

N

Norte de Minas 214, 220, 222, 228, 229, 231, 232

O

Oeste do Paraná 109, 110, 111, 113, 115

P

Paisagem 14, 33, 35, 36, 37, 55, 56, 65, 132, 141, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 164, 220

Paraná 98, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 124, 128, 145, 148, 149, 153, 159, 173, 174, 180

Pensamento geográfico 33, 34, 38

Pluviosidade 126, 131, 136

Prevenção de desastres naturais 190

R

Recife 87, 88, 89, 91, 93, 95

Recursos hídricos 26, 27, 134, 178, 180, 188, 189

Redes ilegais 109, 113, 116, 120, 122

Reestruturação produtiva 154, 155, 156, 157, 160, 165, 177

Resistência camponesa 167

S

Saneamento ambiental 96, 106

T

TDIC'S 45

Tecnológico 13, 26, 27, 46, 53, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 237

Território 4, 5, 7, 9, 12, 14, 15, 27, 36, 52, 53, 56, 69, 77, 82, 86, 102, 112, 118, 124, 125, 128, 129, 146, 157, 158, 164, 166, 167, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 183, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 211, 213, 214, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 231, 232, 233, 248

Transformação espacial 87, 89

U

Urbanização 28, 90, 98, 103, 127, 130, 141, 148, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 165, 166

GEOGRAFIA E ENSINO:

Dimensões teóricas e práticas 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 




 **Atena**
Editora
Ano 2022

GEOGRAFIA E ENSINO:

Dimensões teóricas e práticas 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

